



Higienismo e o governo da primeira infância no neoliberalismo: um olhar sobre a revista The Lancet.

Maria Mostafa¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo. O higienismo do século XIX produziu uma concepção de infância diretamente ligada aos saberes médicos articulados com uma preocupação com a constituição do trabalhador para a manutenção da engrenagem econômica. Como essa articulação vem sendo atualizada para o governo da infância atual? Neste trabalho investigamos a governamentalização da vida, de acordo com o conceito discutido por Foucault e suas implicações metodológicas, tendo como foco o campo da primeira infância. A partir desse referencial teórico colocamos em análise o higienismo e uma série da revista The Lancet sobre primeira infância e políticas públicas. Concluímos que a governamentalização da vida por meio da infância vem sendo produzida pela segmentação do campo da infância em partes menores, com base nas neurociências, consolidando um campo de saber com projeção internacional e postulando o treinamento das famílias como uma medicalização contra a pobreza.

Palavras-chave: primeira infância, biopolítica, neoliberalismo, higienismo.

Hygienism and early childhood governance in neoliberalism: a look at The Lancet journal.

Abstract. Nineteenth-century hygienism produced a conception of childhood directly linked to medical knowledge articulated with a concern with the constitution of the worker to maintain the economic gear. How has this articulation been updated for the current childhood government? In this work we investigate the governmentalization of life, according to the concept discussed by Foucault and its methodological implications, focusing on the field of early childhood. Based on this theoretical framework, we analyzed hygienism and a series of The Lancet magazine on early childhood and public policies. We conclude that the governmentalization of life through childhood has been produced by segmenting the field of childhood into smaller parts, based on neurosciences, consolidating a field of knowledge with international projection and postulating the training of families as a medicalization against poverty.

¹ Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: mariamostafa@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9105-6672>

Keywords: early childhood, biopolitics, neoliberalism, hygienism.

Higienismo y gobernanza de la primera infancia en el neoliberalismo: una mirada a la revista The Lancet

Resumen. El higienismo del siglo XIX produjo una concepción de la infancia directamente ligada al saber médico articulada con una preocupación por la constitución del trabajador para mantener el engranaje económico. ¿Cómo se ha actualizado esta articulación para el actual gobierno de infancia? En este trabajo investigamos la gubernamentalización de la vida, según el concepto discutido por Foucault y sus implicaciones metodológicas, centrándonos en el campo de la primera infancia. Con base en este marco teórico, analizamos el higienismo y una serie de la revista The Lancet sobre primera infancia y políticas públicas. Concluimos que la gubernamentalización de la vida a través de la infancia se ha producido segmentando el campo de la infancia en partes más pequeñas, con base en las neurociencias, consolidando un campo de conocimiento con proyección internacional y postulando la formación de las familias como una medicalización contra la pobreza.

Palabras clave: primera infancia, biopolítica, neoliberalismo, higienismo

Introdução

A primeira infância, definida no Brasil como a fase que vai dos zero aos seis anos de idade, vem ganhando importância em diferentes frentes, seja em campos do saber como as neurociências ou a economia, seja como objeto das organizações da sociedade civil que desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) têm sido conclamadas a agir no campo da garantia dos direitos da criança e na formulação de políticas sociais. No Brasil, reflexo da força dessa emergência é a sua institucionalização com a formação de uma rede de organizações chamada Rede Nacional Primeira Infância, em 2007, e a aprovação, em 2016, da Lei 13.257, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, (BRASIL, 2016). No mesmo ano também foi criado um programa federal de visita domiciliar com foco no desenvolvimento das crianças de até seis anos, chamado Programa Criança Feliz (BRASIL, 2017).

A argumentação que vem embasando a emergência da primeira infância prioriza o cuidado e o desenvolvimento dessa fase frente a outras da própria infância e da adolescência. Essa prioridade tem como fundamento algumas correntes das neurociências - linha do pensamento científico que é posta como universal - que entendem que certo tipo de estímulo cerebral nos primeiros anos de vida seria de tal modo determinante, que poderia até compensar os efeitos da pobreza e da desigualdade social (DEL RÍO, 2014). Do argumento das neurociências derivam outros, como o do prêmio Nobel de economia James Heckman, de que a cada dólar investido em políticas de primeira infância há uma economia de sete dólares em outras políticas sociais (HECKMAN, 2020).

O discurso da plasticidade do cérebro nos primeiros anos de vida é amplamente reproduzido por diversos atores do campo da primeira infância, como organizações sociais, frentes parlamentares, organizações multilaterais (WORLD BANK, 2023) e gestores públicos. Há uma articulação entre essas produções científicas e a constituição do campo de investimento na primeira infância, produzindo um saber-poder que atua como uma tecnologia de regulação.

Ao longo da história, o olhar para a infância passou por diferentes formas, que não são descoladas das formas de governo, de produção econômica e de como a sociedade se organiza como um todo. Philippe Ariès (1978), importante referência do campo da história social e da história da infância, por meio de uma detalhada pesquisa sobre as representações de criança na iconografia europeia durante a modernidade, conclui que as representações da infância vão sofrendo mudanças, nos indicando que a forma como a infância era percebida foi mudando de lugar na sociedade europeia com o passar do tempo. A inegável contribuição de Ariès, embora já discutida por diversos autores, é de que a própria concepção de infância é dotada de historicidade.

Se as concepções de infância são históricas, como se deu a emergência da primeira infância? A Convenção dos Direitos da Criança, aprovada em 1989 e ratificada por quase todos os países (com exceção dos Estados Unidos), considera “criança” todo ser humano menor de 18 anos de idade (ARANTES, 2016). Por que estamos agora afirmando os direitos das crianças de zero a seis anos de idade e quais efeitos essa afirmação está produzindo? Especificamente, como chegamos a essa concepção de primeira infância que tem como fundamento a articulação do discurso das neurociências, da produtividade econômica e a responsabilização das famílias pela interrupção do ciclo da pobreza? Motivadas por esses questionamentos, vamos olhar para os mecanismos de governo da infância, emergentes nos séculos XVIII e XIX, e para o processo de segmentação da infância no fim do século XX, aqui por meio da análise de uma série de publicações da revista das ciências médicas The Lancet.

A infância como uma categoria de pesquisa vem se tornando cada vez mais presente em diferentes áreas do conhecimento, sendo abordada por variados referenciais metodológicos. Nas ciências sociais, de forma ampla, diversos autores vêm realizando um questionamento acerca da *infância* como uma categoria dada, universal, ao pesquisarem as diferentes formas como as sociedades se relacionam com essa etapa da vida, no passado e no presente.

É esse mesmo questionamento que nos faz investigar a categoria primeira infância.

Higienismo e Família

O debate da divisão etária e da conformação da infância como modo de exercício do poder vem sendo produzido historicamente, podendo ser atestada a sua produção científica fundamentada a partir do século XVIII. Donzelot, em “A Polícia das Famílias” (1980), analisa a literatura sobre o cuidado à infância que emergiu em meados do século XVIII na França. Enfocando as crianças abandonadas, as amas de leite e a educação das crianças ricas pelos serviçais, essa literatura denunciava a ausência de uma economia social e de uma economia do corpo na forma como os cuidados com as crianças eram realizados.

A preocupação com as crianças abandonadas era pela alta taxa de mortalidade, impedindo que essas crianças, quando virassem adultos, se tornassem úteis à nação, já que, por não terem família, seriam mais aptas a assumirem ocupações arriscadas em prol da nação. As altas taxas de mortalidade entre as crianças abandonadas seriam por conta da incompetência dos administradores dos “hospícios” de menores (nome dado na época às instituições que recebiam as crianças abandonadas) para driblar as dificuldades em torno do agenciamento do serviço de nutriz, que consistia em contratar mulheres para amamentar as crianças abandonadas. Essa literatura fazia uma denúncia da ausência do que Donzelot chama de uma “economia social” (DONZELOT, 1980, p. 18), como se, ao morrer, o investimento na saúde das crianças abandonadas não pudesse retornar ao Estado na forma de adultos desempenhando funções úteis à nação. Em relação às crianças ricas, essa literatura denunciava que deixar a educação relegada aos serviçais resultava num aprendizado corporal não desejado para aquelas crianças, portanto seria a denúncia da ausência de uma “economia do corpo”.

Donzelot explica que:

A força desses discursos que incitam à conservação das crianças provém, sem dúvida, da conexão que estabelecem entre o registro médico e o registro social, entre a teoria dos fluidos sobre a qual repousa a medicina do século XVIII, e a teoria econômica dos fisiocratas (DONZELOT, 1980, p. 18).

A fisiocracia altera a relação entre a riqueza e o Estado, que passa a ser o meio da produção, e não a sua finalidade. Com essa mudança, passa a ser função do Estado a regulação das relações sociais para que essa produção seja maximizada.

Até essa época, a medicina não se dirigia especificamente às mulheres e crianças. É a partir da metade do século XVIII que os médicos entram nas famílias, escrevem livros sobre a conservação das crianças na primeira infância, e se aliam às mães, como forma de dominar os saberes médicos, afastando das famílias as outras formas de cuidados, que eram entendidas como uma medicina popular. Essa aliança entre os médicos e as mães também é proveitosa às mulheres, pois concede à mulher, burguesa principalmente, um novo poder atrelado às funções maternas, mudando o jogo de poder dentro das famílias. Nas famílias populares, no entanto, apesar da preocupação com a conservação das crianças e dos preceitos higiênicos serem os mesmos, predominou o viés da economia social, produzindo efeitos muito diferentes dos da medicina doméstica (DONZELOT, 1980).

O saber médico em conexão com a teoria econômica do século XVIII articulou a governamentalização da vida por meio do cuidado das crianças. Essa articulação é sentida no Brasil a partir do século XIX, uma vez que no Brasil colonial, principalmente até a expulsão dos jesuítas em 1759 no período pombalino, o governo da infância estava relacionado às ações de caridade e benesse, com práticas ligadas ao pensamento cristão. A atenção era dirigida às crianças abandonadas: “Enjeitados”, “deserdados da sorte ou fortuna”, “criança infeliz” foram denominações comuns, referindo-se a estas crianças. Para elas destinaram-se às Casas da Roda ou Casa dos Expostos” (ARANTES, 2004, p. 162).

No século XIX, o saber médico passou a se dirigir às crianças e suas famílias, com foco na prevenção da mortalidade infantil, em grande parte por influência dessa medicina europeia estudada por Donzelot.

Com a investida médico-higienista a partir de meados do século XIX, com a extinção das Rodas e o início de uma legislação específica sobre a criança nas primeiras décadas do século XX, a criança pobre deixa de ser objeto apenas da caridade e passa a ser objeto de políticas públicas (ARANTES, 1995, p. 180).

Médicos como Afrânio Peixoto e Moncorvo Filho, no final do século XIX e começo do século XX, abordam questões da infância e saúde de forma a influenciar não só a forma como as famílias cuidam das crianças, mas também como as escolas e outras instituições dedicadas às crianças eram constituídas. Moncorvo Filho se dedica à infância pobre, funda o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (ARANTES, 1995), defendendo que as crianças cujas famílias não fossem educadas para proporcionarem um ambiente sadio, deveriam ser retiradas das suas famílias (GONDRA, 2010).

Essa ameaça ao chefe de família, que atravessa as políticas públicas direcionadas às crianças no Brasil, pode ser compreendida como efeito do deslocamento da relação entre família e governo na economia liberal. A família entendida como menor organização política possível, sujeito e objeto de governo.

Na França de antes do século XVIII, ao chefe de família competia responder pelos seus familiares e representar a família mediante às obrigações com o Estado, como o pagamento dos impostos. Em contrapartida lhe era conferido um grande poder sobre os outros membros familiares. Com a governamentalização da vida familiar, essa relação entre o poder conferido ao chefe de família e a adequação às obrigações estatais se enfraquece, por duas razões: o aumento do número de pobres que requer assistência direta do Estado e o questionamento da autoridade, por vezes desmedida, do chefe de família por seus familiares.

Com a Revolução Francesa, a soberania familiar passa por mudanças, o governo das famílias de outrora é desconstruído, emergindo uma concepção diferente da relação entre poder e família (DONZELOT, 1980). Numa compreensão de Estado que gere o social, o chefe familiar deixa de ser

totalmente responsável pelos seus familiares, mas a família se constitui como um agente de incidência da política social e um agente social:

O higienismo, enquanto dispositivo, intervém em toda a organização social, seja no âmbito arquitetônico, biológico, afetivo etc., sobretudo por meio dos lares, produzindo subjetividades individualizantes que têm efeitos concretos, tais como a potencialização da família nuclear burguesa, redundando na sua culpabilização como forma de transferir-lhe a responsabilidade pelos problemas sociais (SCHEINVAR, 2006, p. 53).

A governamentalização da infância pobre, por meio desse saber-poder médico, teve como estratégia e efeito a desqualificação e a desautorização das famílias para conduzir as crianças (GONDRA, 2010). Da mesma forma, o governo da criança pobre articula novos saberes, novos profissionais e serviços de atenção à infância.

Os discursos sobre a pobreza e as reconfigurações no mundo do trabalho e da casa serão responsáveis por deslocamentos na ordem do discurso que passarão a admitir e defender o trabalho regular junto à criança pequena desde 'a mais tenra idade' (...) (GONDRA, 2010, p. 206).

A primeira infância na The Lancet

O higienismo do século XIX produziu uma concepção de infância diretamente ligada aos saberes médicos articulados com uma preocupação com a constituição do trabalhador para a manutenção da engrenagem econômica. Essa articulação vem sendo atualizada para a governamentalização de segmentos etários menores, como um refinamento das formas de controle, constituindo a primeira infância como área prioritária de investimento social. Para Foucault (2009), o poder é mais produtivo que repressivo e é no encontro desse exercício do poder, dessa ação sobre a ação dos outros, com as resistências que a ele se opõem, que se produzem novas subjetividades, com vocação de escapar do controle, da força impositiva. Por isso, esse poder impositivo precisa sempre se atualizar, incorporando as novas subjetividades, as novas formas de ser: “As formas, técnicas e mecanismos de aplicação do poder vão variando na história em função de novas subjetividades

que as resistências vão criando ao longo do tempo” (MORAES e NASCIMENTO, 2002, p. 92).

Esse mecanismo biopolítico que faz a atualização das concepções em torno do governo da infância promove a segmentação do campo a partir de uma linha do pensamento científico que é posta como universal, como verdade inquestionável: as neurociências. São diversos os casos que exemplificam a relação entre neurociências e primeira infância. Neste texto escolhemos colocar em análise as séries sobre primeira infância da revista *The Lancet*.

De acordo com uma matéria publicada no *Jornal da Universidade de São Paulo (USP)* (VEIGA, 2019), a revista é a mais importante na área das ciências médicas. No site da publicação (*THE LANCET*, 2020), que foi lançada na Inglaterra em 1823, está claro que um dos objetivos da revista é influenciar tomadores de decisão em todo o mundo. Segundo a matéria da USP, essa seria a diferença da *The Lancet* em relação às outras revistas científicas da área: para além de divulgar os resultados das pesquisas, a revista teria nascido com o objetivo de influenciar mudanças com base nas evidências científicas. A prestigiada revista já publicou três grandes séries sobre primeira infância, a primeira em 2007, a segunda em 2011 e a terceira em 2016. As duas primeiras séries se chamam “Desenvolvimento da Primeira Infância em Países em Desenvolvimento” (*THE LANCET*, 2007 e *THE LANCET*, 2011, tradução nossa)² e a terceira “Avançando no Desenvolvimento da Primeira Infância: da ciência para a escala” (*THE LANCET*, 2016, tradução nossa)³.

O que dizem as publicações dessa revista tão famosa na área médica? Vamos olhar os sumários das três séries: o breve sumário executivo da série de 2007 diz que muitas crianças abaixo dos cinco anos em países em desenvolvimento são expostas a múltiplos riscos, incluindo pobreza, desnutrição, problemas de saúde e ambientes domésticos pouco estimulantes, que afetam de forma negativa seu desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional (*THE LANCET*, 2007).

² Título original em língua inglesa: “Early Child Development in Developing Countries” (*THE LANCET*, 2007 e 2001).

³ Título original em língua inglesa: “Advancing Early Childhood Development: from Science to Scale” (*THE LANCET*, 2016).

O sumário executivo da série de 2011 diz que a publicação teve como objetivo identificar os problemas de implementação e cobertura das intervenções nessa área, assim como o cálculo econômico da falta de investimento nos programas de primeira infância, apresentando novas evidências nas causas e efeitos das desigualdades de desenvolvimento na primeira infância. De acordo com o sumário, os autores dos artigos publicados nessa série concluem que a primeira infância é o período mais efetivo para se prevenir iniquidades, particularmente para crianças mais pobres. O investimento na primeira infância teria consequências para toda a vida, não só para os indivíduos, mas para o bem-estar da sociedade. E termina com “Ação rápida deve vir em seguida para assegurar que intervenções efetivas sejam financiadas e integradas em programas direcionados à melhoria da saúde materno-infantil” (THE LANCET, 2011, tradução nossa)⁴.

Já nesses sumários, aparecem duas ideias que parecem fundamentar a emergência de muitas ações e programas de primeira infância: a ideia do custo econômico da “falta de investimento” e a ideia da prevenção, de como o investimento na primeira infância é importante para prevenir problemas de desenvolvimento que produziriam desigualdades.

Na terceira série foi publicado um sumário executivo estendido, um documento de oito páginas com quadros, fotografias e infográficos. Na última página, no rodapé, encontramos algumas logomarcas, entre elas a do Banco Mundial. Com isso, percebemos que há uma estreita relação, ou uma articulação, entre essa produção científica da área médica; as organizações multilaterais; algumas fundações privadas internacionais que têm dirigido atenção para a primeira infância e as esferas governamentais, que são um dos alvos dessa incidência médico-política.

O sumário traz muitas informações numa linguagem bastante acessível e pouco uso do vocabulário mais especializado da área médica. Reconhece que desde o ano 2000 as publicações sobre o desenvolvimento na primeira infância vêm crescendo rapidamente, mas somente algumas com o foco nas

⁴ Trecho no original em língua inglesa: “Rapid action must now follow to ensure that effective interventions are financed and integrated into programmes that aim to improve maternal and child health outcomes”. (THE LANCET, 2001).

intervenções. Há, também, alguns números sobre o investimento nessa área, atestando seu crescimento como um todo. Ainda que os números sejam de 2016 e que nas páginas eletrônicas das agências multilaterais não constem novos dados, são válidos para a nossa análise:

- O número de países com políticas nacionais intersetoriais para a primeira infância cresceu de 7 no ano 2000 para 68 em 2014. Desses 68 países, 45% têm renda baixa ou média.

- Desde o ano 2000 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) investiu mais de 1.7 bilhões de dólares em projetos de desenvolvimento da primeira infância e de 2000 a 2013 o Banco Mundial investiu 3.3 bilhões de dólares na mesma área, principalmente em programas de saúde, nutrição e população (THE LANCET, 2016).

O sumário baseia toda a sua argumentação na área biomédica, com frases do tipo: "O cuidado integral reduz os efeitos negativos da desvantagem no funcionamento e na estrutura cerebral, o que por sua vez melhora a saúde das crianças, o crescimento e desenvolvimento" (THE LANCET, 2016, p. 3, tradução nossa)⁵. O que é essa desvantagem que o cuidado integral na primeira infância combate? Seria a pobreza? A desigualdade social? Apesar de ser uma publicação da área médica, inclusive uma das mais respeitadas do mundo, e dos argumentos serem todos com base em evidências desse campo do saber, há uma forte defesa de ações e programas intersetoriais: "Intervenções setoriais combinadas com elementos do cuidado e proteção integral podem intensificar o efeito nos resultados da criança" (THE LANCET, 2016, p. 5, tradução nossa)⁶.

A tônica na questão da intersetorialidade e toda a linguagem menos biologizante que se usa, possivelmente por ser um sumário executivo destinado a influenciar os tomadores de decisão - que não são, via de regra,

⁵ Trecho no original em língua inglesa: "Nurturing care reduces the detrimental effects of disadvantage on brain structure and function which, in turn, improves children's health, growth, and development" (THE LANCET, 2016, p. 3).

⁶ Trecho no original em língua inglesa: "Sectoral interventions combined with elements of nurturing care and protection, can boost the effect on child outcomes" (THE LANCET, 2016, p. 5).

pesquisadores dessa área -, nos passam a impressão de ser uma publicação que expressa um consenso do universo científico em relação à primeira infância.

Além da aposta na intersetorialidade, há também uma defesa dos programas de suporte parental:

Programas de suporte parental que promovem o cuidado integral, particularmente aqueles empregando diversas técnicas de mudança comportamental, podem aumentar substancialmente os efeitos positivos nos resultados de desenvolvimento infantil em relação à saúde básica e nutrição, educação e intervenções de proteção. Em contraste, maus-tratos durante a infância é associado com a redução de volume em regiões do cérebro envolvidas na memória e aprendizagem (THE LANCET, 2016. p. 4, tradução nossa)⁷.

A revista é uma publicação da área médica que veste uma roupagem de universal: por meio das suas evidências, que são apresentadas como indiscutíveis - uma vez que são observadas no cérebro - aconselha o leitor sobre a melhor forma para promover o desenvolvimento das crianças na primeira infância em todo o seu potencial: a intervenção intersetorial, nos termos da medicina e programas de suporte parental. A vontade de verdade (FOUCAULT, 1999) é escamoteada, dissolvida nas boas intenções e evidências científicas de quem produz conhecimento para salvar as crianças dos efeitos negativos da pobreza.

Intervenção Precoce

O discurso biomédico de estímulo e desenvolvimento do cérebro na primeira infância colabora para a atualização das concepções de infância e dos tipos de intervenção que vão sendo elaboradas nos âmbitos públicos e privados. As neurociências são citadas por diferentes atores do campo da primeira infância como justificativa para o investimento nessa área. Numa

⁷ Trecho no original em língua inglesa: “Parent support programmes that promote nurturing care, particularly those employing several behavior-change techniques, can substantially augment the positive effects on early childhood development outcomes of basic health and nutrition, education, and protection interventions. In contrast, maltreatment during childhood is associated with reduced volume in brain regions involved in learning and memory” (THE LANCET, 2016. p. 4).

perspectiva histórica, a relação entre infância e neurociência tem como base a discussão sobre intervenção precoce, que foi um dos movimentos da higiene mental para prevenir transtornos mentais (DEL RÍO, 2014). Esse movimento começou a se articular nos anos 1920 nos Estados Unidos e, desde o início, relacionou-se com as famílias e as escolas.

A intervenção precoce para a prevenção de transtornos mentais futuros tem um viés de eliminação da diversidade: se intervém o mais cedo possível nas crianças de forma a fixar um modelo único de desenvolvimento e prevenir “atrasos” ou qualquer outro “comportamento indesejável”. Nesse sentido, essa corrente de pensamento produziu escalas de desenvolvimento para a detecção precoce dos “atrasos”, com indicadores fixos e universais, que são utilizados até hoje.

A importância da experiência da infância para o desenvolvimento de “problemas” de comportamento futuros está relacionada à noção de trauma elaborada pela psicanálise. A partir desse conceito, o que se vive na infância passa a ter grandes consequências na vida adulta: “Se rompe a noção histórica de infância associada com inocência, ignorância, inconsciência” (DEL RÍO, 2014, p.4, tradução nossa).⁸

No Brasil, o diálogo entre a psicanálise e a pedagogia no governo da infância foi bastante desenvolvido na obra do médico e antropólogo Arthur Ramos (1903-1949). Esse diálogo tornou possível a substituição da ideia de criança anormal pela ideia de criança difícil, ou problema (CARVALHO e Ó, 2009). Para as ciências da educação essa questão, que até então seria de determinação genética, passou a ser entendida como uma questão de ordem emocional.

Nas suas interpretações relativas às tipologias adoptadas na Criança problema, devemos notar que a explicitação dos vários casos decorria de deficiências estruturais do sistema e que, portanto, a estratégia terapêutica - correctiva a que deitava mãos era quase sempre acompanhada uma crítica aberta às concepções e soluções educativas adoptadas pelas duas instituições sociais responsáveis pela socialização da criança, a família e a escola. Como se, mesmo no terreno e no interior de instituições públicas, a

⁸ Trecho no original em língua espanhola: “Se rompe la noción histórica de infancia asociada con inocencia, ignorancia, inconsciencia” (DEL RÍO, 2014, p.4).

assunção da herança e dos instrumentos psi transportassem imediatamente consigo a possibilidade real de transformar inteiramente as ideias e processos utilizados no governo da criança (CARVALHO e Ó, 2009, p. 99).

A partir desse olhar para a influência que o ambiente exercia no desenvolvimento das crianças, foram desenvolvidos, principalmente na primeira metade do século XX, modelos de observação e intervenção precoce com crianças de famílias indigentes e em orfanatos que estabeleceram efeitos permanentes da privação de vínculo da criança com o cuidador. Os modelos experimentais foram implementados com a lógica de que os eventos do ambiente em fases específicas seriam organizadores da experiência da infância. Essas fases seriam os períodos críticos do desenvolvimento, as chamadas “janelas de oportunidades”, que se abrem e se fecham, determinando se a trajetória de desenvolvimento será a desejada.

De acordo com Del Ríó (2014), os modelos de intervenção precoce são sustentados por conceitos biológicos que analisam o comportamento animal. Esses modelos são transferidos para explicar o fracasso escolar de crianças pobres e oferecer medidas educativas que compensem e nivelem as habilidades dessas crianças com as da classe média. Os eventos ambientais e sociais passaram a ser concebidos como responsáveis pela possibilidade de gerar “atrasos” e “desvios” no desenvolvimento humano. A correlação entre o ambiente e o desenvolvimento das crianças articula os problemas sociais como problemas de saúde, sendo possíveis de serem medicalizados: “Se dá um deslocamento conceitual para substituir o conceito de inferioridade genética da tradição eugênica psiquiátrica para o de inferioridade ambiental.” (DEL RÍO, 2014, p. 5, tradução nossa)⁹.

As séries de primeira infância da The Lancet parecem se localizar exatamente no discurso da intervenção precoce: a medicina produzindo conhecimento para influenciar os tomadores de decisão de que os eventos ambientais e sociais geram disfunções cerebrais, que por sua vez perpetuam as desigualdades sociais. Portanto, a medicina está atestando que é preciso

⁹. Trecho original em língua espanhola: “Se da un desplazamiento conceptual para sustituir el concepto de inferioridad genética de la tradición eugenésica psiquiátrica por el de inferioridad ambiental” (DEL RÍO, 2014, p. 5).

que os políticos usem como estratégia a intervenção no ambiente em que as crianças crescem para que todas as crianças tenham cérebros potencialmente iguais. A intervenção nesse ambiente pode adquirir diversas formas, no limite, a intervenção maior, que é a própria retirada das crianças pobres de suas famílias:

Se, por exemplo, imaginarmos que as famílias pobres produzem crianças com danos cerebrais, é preciso uma política rápida e radical para prevenir nesses jovens estragos neurológicos irreversíveis. A solução “óbvia” do problema seria a agilização da adoção de crianças pobres - em particular bebês - por famílias das classes médias e altas. (FONSECA, 2019, p. 7).

Considerações finais

Desde o higienismo do século XIX a divisão etária vem sendo produzida como uma forma de exercício do poder e da governamentalização da vida, colocando as famílias no centro das políticas públicas ao mesmo tempo que as responsabiliza pela pobreza e pelo cuidado com as crianças. Essa mesma lógica vem sendo atualizada por meio da divisão etária que conformou um novo campo de preocupação social: o da primeira infância.

Na série dos sumários da *The Lancet* (2007, 2011 e 2016) aqui analisados, essa ideia aparece com a argumentação de que é possível, por meio de uma intervenção - que, no caso, é feita por treinamento das famílias -, nivelar o ponto zero do desenvolvimento das crianças para que todas tenham as mesmas oportunidades de se desenvolver e possam concorrer em “pé de igualdade”.

O uso que vem sendo feito das neurociências na infância atua na segmentação deste campo, produzindo a área da primeira infância, consolidando um campo de saber com projeção internacional e postulando o treinamento das famílias como uma medicalização contra a pobreza.

A primeira infância seria a “janela de oportunidades” para intervir cada vez mais cedo, no momento em que ainda seria possível prevenir a limitação cerebral e colocar os futuros adultos provenientes de famílias de baixa renda em condições de competir com aqueles advindos de famílias com renda mais

elevada. Nessa lógica, o sujeito, mais especificamente seu cérebro, é o centro da desigualdade social. Por isso cabe a pergunta: seria a pobreza possível de ser resolvida por meio do estímulo do cérebro das crianças? É claro que todos queremos crianças saudáveis, mas centrar a desigualdade social no sujeito é culpabilizar as famílias pelos próprios mecanismos de funcionamento da engrenagem neoliberal, que tem a desigualdade como premissa.

Com a intervenção na primeira infância e a suposta remoção do impedimento neuronal para o exercício pleno da meritocracia, o sujeito pode assumir a responsabilidade total pelo seu sucesso e fracasso. Opera-se a retirada do obstáculo do corpo para que o desempenho do sujeito neoliberal siga a contento. A partir dessa ideia de “correção de percurso” nos primeiros anos de vida, o sujeito empresarial (DARDOT e LAVAL, 2016) poderá seguir seu caminho de concorrência, estará liberado para competir e vai depender só de seu próprio desempenho para superar as duras condições do mercado. A primeira infância é assim concebida como um atalho “cientificamente comprovado” para combater a desigualdade social, tendo como foco crianças “subestimadas”, nas quais haveria que se investir para um futuro cada vez mais competitivo e excludente.

Referências

ARIÉS, Philippe. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: PILLOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (org.). **A Arte de Governar Crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/Editora Universitária Santa Úrsula/Amais, 1995: 169 - 220.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. De criança infeliz a menor abandonado - vicissitudes na arte de governar a criança. **Mnemosine**. Rio de Janeiro, v.1, n. 0, p. 162-164, 2004.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Duas décadas e meia de vigência da Convenção sobre os Direitos da Criança: algumas considerações. In: Eduardo Ponte Brandão. (Org.). **Atualidades em Psicologia Jurídica**. 1ed. Rio de Janeiro: Nau, 2016, v. 1, p. 53-96.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 12 maio 2020.

BRASIL. **Lei 13.257**, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm>. Acesso em 20 jul. 2019.

BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados** - Ano LXXII Nº 184, Sexta-feira, 20 de outubro de 2017. Brasília/DF, 2017a. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020171020001840000.PDF#page=25>>. Acesso em 20 jul. 2019.

CARVALHO, Luís Miguel e Ó, Jorge Ramos do. **Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1880-1960): estudos comparados Portugal-Brasil**. Educa & U&CE, 2009.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEL RÍO, Norma. Contrapuntos del modelo médico-epidemiológico de intervención temprana. **Alteridades**, v. 24, n. 47, p. 53-60. Distrito Federal, México, Universidad Autónoma Metropolitana, 2014.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FONSECA, Claudia Lee Williams. Crianças, seus cérebros... e além: Reflexões em torno de uma ética feminista de pesquisa. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n.2, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200200&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 dez. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1999.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. **Michel Foucault**. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ª. Edição Revista. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução: Traduzida por Antonio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. Coleção Biblioteca de Filosofia. Coordenação editorial: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. A emergência da infância. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 195-214, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-4698201000010010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 nov. 2020.

HECKMAN, James. **The Heckman Equation**. 2020. Disponível em: <<https://heckmanequation.org/the-heckman-equation>>. Acesso em 18 out. 2020.

MORAES, Thiago Drumond e NASCIMENTO, Maria Lívia. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 91-102, jan./jun. 2002.

VEIGA, José Eli da. Revista “The Lancet” é a mais importante na área de ciências médicas. **Jornal da USP**, São Paulo, 12 de set. de 2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/revista-the-lancet-e-a-mais-importante-na-area-a-de-ciencias-medicas/>>. Acesso em 19 out. 2020.

SCHEINVAR, Estela. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, vol. 58, núm. 1, 2006, p. 48-57.

THE LANCET. **Early Child Development in Developing Countries 2007**. Series from The Lancet journals, 7 de jan. de 2007. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/series/early-child-development-in-developing-countries-2007>>. Acesso em 19 out. 2020.

THE LANCET. **Early Child Development in Developing Countries 2011**. Series from The Lancet journals, 24 de set. de 2011. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/series/child-development-in-developing-countries-2>>. Acesso em 19 out. 2020.

THE LANCET. **Advancing Early Childhood Development: from Science to Scale**. Executive Summary for The Lancet’s Series, 2016. Disponível em: <https://marlin-prod.literatumonline.com/pb-assets/Lancet/stories/series/ecd/Lancet_ECD_Executive_Summary.pdf>. Acesso em 19 out. 2020.

THE LANCET. **The best science for better lives**. 2020. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/about-us>>. Acesso em 19 out. 2020.

WORLD BANK. **Early Childhood Development**. 2023. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/earlychildhooddevelopment>>. Acesso em 28 set. 2023.